

SUMÁRIO

Apresentação, vii

Prefácio, xi

Introdução, 1

1 Tutela Constitucional do meio ambiente, 5

- 1.1 Conceito de meio ambiente e sua tutela nas Cartas Constitucionais do Brasil, 5
- 1.2 Da Constituição de 1824 à Emenda Constitucional nº 1/69, 7
- 1.3 Constituição de 1988: meio ambiente como princípio da Ordem Econômica e da Ordem Social, 11
 - 1.3.1 Meio ambiente como objeto de tutela específica, 13
 - 1.3.2 Sadia qualidade de vida como direito fundamental, 16
 - 1.3.3 Estudo de Impacto Ambiental, 18
 - 1.3.4 Meio ambiente e a repartição de competências entre os entes da Federação, 20
 - 1.3.4.1 Competências concorrentes em matéria legislativa, 21
 - 1.3.4.2 Competências comuns de ordem material, 22

2 Licenciamento ambiental como instrumento da política nacional do meio ambiente e o sistema nacional do meio ambiente – SISNAMA, 27

- 2.1 Política nacional do meio ambiente, 27
 - 2.1.1 Objetivos e princípios, 28
 - 2.1.2 Instrumentos de comando e controle, 30
- 2.2 Licenciamento ambiental como instrumento de caráter preventivo, 34
- 2.3 Licenciamento ambiental: procedimento ou processo?, 36
- 2.4 Licença ambiental e sua natureza jurídica, 40
- 2.5 Autorizações ambientais, 48
- 2.6 Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), 52
 - 2.6.1 Órgão Superior – Conselho de Governo, 54
 - 2.6.2 Órgão Consultivo e Deliberativo (CONAMA), 54
 - 2.6.3 Órgão Central – Ministério do Meio Ambiente, 60
 - 2.6.4 Órgãos Executores – IBAMA e ICMBio, 61
 - 2.6.5 Órgãos Seccionais – Estados, 63
 - 2.6.6 Órgãos Locais – Municípios, 64
- 2.7 Atuação do Estado de São Paulo como Órgão Seccional do SISNAMA, 66

- 3 **Licenciamento ambiental e a distribuição de competências nas resoluções do CONAMA, 75**
 - 3.1 Resolução CONAMA nº 1/86, 75
 - 3.1.1 Impacto ambiental, 76
 - 3.1.2 Competências para o licenciamento, 82
 - 3.2 Resolução CONAMA nº 237/97, 84
 - 3.2.1 Repartição de competências em um único nível, 88
 - 3.2.2 Competências da União, 89
 - 3.2.3 Competências dos Estados e do Distrito Federal, 93
 - 3.2.4 Competências dos Municípios, 95
 - 3.2.5 Delegação de competência, 98
 - 3.3 Conflitos de competência – casos práticos, 99
 - 3.3.1 Rodoanel Mário Covas, 100
 - 3.3.2 Queima da palha da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, 104
- 4 **Licenciamento ambiental e a distribuição de competências na Lei Complementar nº 140/2011, 115**
 - 4.1 Lei Complementar nº 140/2011, 115
 - 4.2 Federalismo cooperativo, 117
 - 4.2.1 Atuação subsidiária, 121
 - 4.2.2 Atuação supletiva, 122
 - 4.3 Distribuição de competências: licenciamento ambiental por um único ente da Federação, 125
 - 4.3.1 Competências da União, 127
 - 4.3.2 Competências dos Estados, 140
 - 4.3.3 Competências do Distrito Federal, 144
 - 4.3.4 Competências dos Municípios, 145
 - 4.4 Exemplos de competências municipais fixadas por Estados da Federação, 149
 - 4.4.1 Santa Catarina, 150
 - 4.4.2 Rio de Janeiro, 151
 - 4.4.3 Bahia, 153
 - 4.4.4 São Paulo, 154
 - 4.5 Conflitos de competências decorrentes da aplicação da Lei Complementar nº 140/2011, 157
 - 4.5.1 Licenciamento e autorização ambiental por um único ente federativo, 158
 - 4.5.2 Manifestação dos demais entes federativos no licenciamento ambiental, 160
 - 4.5.3 Abrangência do impacto ambiental, 162
 - 4.5.4 Conflitos em face de competências previstas em normas específicas: Lei da Mata Atlântica, 165

Conclusão, 171

Referências bibliográficas, 175